

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**“Lutamos por amor”:
Afetos e política na luta das Mães de Manguinhos**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de
Bacharelado em Ciências Sociais
Orientadora: Profa. Dra. Luana
Dias Motta
Discente: Caroline Xavier Marioti

São Carlos
2023

**“Lutamos por amor”:
Afetos e política na luta das Mães de Manguinhos**

Caroline Xavier Marioti

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharelado em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Luana Dias Motta

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luana Dias Motta - UFSCar

Orientadora

Ma. Isabela Vianna Pinho - PPGS/UFSCar

Examinadora

*Para as mulheres que dedicam suas vidas para de
alguma maneira, tornar outras vidas menos sofridas.*

Agradecimentos

Este trabalho fala sobre afetos múltiplos e compartilhados entre pessoas as quais me incluo. Estar imersa em uma pesquisa sobre a morte e conseqüentemente sobre a vida, me lembra um dos marcantes primeiros textos que li durante minha graduação em Ciências Sociais, “Ser afetado” onde Jeanne Favret-Saada dispõe que ser afetado, em uma pesquisa em Ciências Sociais, vai muito além de um exercício de empatia.

A tecitura pelo qual se deu a pesquisa que resultou nesta monografia foi marcada por muitas afetações, conversas e madrugadas tomadas por pensamentos impossíveis de se “desligar”. Estar nessa posição (des)confortável do “outro” para essas mulheres produtoras do meu objeto de pesquisa, foi primordial para meu próprio entendimento enquanto estudante, pesquisadora, e agora socióloga.

No entanto, não poderia prever que terminaria esse ciclo partilhando da condição de “nós”. Aprendi com essas mulheres, as Mães de Manguinhos, que maternar não é só o cuidado cotidiano com nossos descendentes. Foi na gestação do meu filho, já no fim da pesquisa, que me vi estática a escrita, totalmente afetada pela dor que por essas mães é descrita, e foi ao fim de seu primeiro ano de vida completados que compreendi o que diziam: a responsabilização de maternar é constante e comunitário, produzir possibilidades de vida para nossos filhos é também garantir as mesmas para outras pessoas.

Dessa forma, meu primeiro agradecimento é todo para elas, para essas Mães que me permitiram também ecoar suas vozes, suas dores, suas requisições e seus amores. Obrigada às Mães de Manguinhos. Obrigada Ana Paula Oliveira por em nossa primeira conversa já me comunicar que “nossa luta é uma só”, que sejamos muitas em nossa única luta. Que minha singela contribuição possa ser significativa para a luta das tantas mães que mesmo na falta de seus filhos, continuam atuando na busca de uma vida melhor para todas as nossas crianças.

Agradeço a minha família, por terem me apoiado sempre e especialmente nessa parte do trajeto que foi a universidade. Mesmo quando parecia tão fora de perspectiva, mesmo quando a distância até a pequena cidade interiorana, as jornadas de trabalho e a situação de pandemia mundial não nos deixavam estar próximos e a ansiedade tomava conta. Eu consegui, mãe, eu sou a primeira de nós a se formar numa universidade, eu tenho tanto de vocês.

A Luana Dias Motta, minha orientadora, uma das pessoas com a escuta mais sensível e mais acolhedora que conheci. Obrigada, Lu, pelos muitos trabalhos, revisões,

reuniões, pelo apoio e paciência que transcende os muros acadêmicos e quando preciso e possível rende boas risadas. Seu profissionalismo me inspira muito, não teria chegado até aqui sem sua presença!

Minha eterna gratidão também pelas tão entusiasmadas trocas com os integrantes do (nosso) grupo de pesquisas urbanas, o NaMargem. É imensurável o quanto me construí, não só academicamente, neste espaço. Agradeço especialmente a Isabela Vianna, que comentou os trabalhos derivados da pesquisa em diferentes épocas do processo científico e inclusive, topou ser a examinadora final desta monografia.

Do NaMargem deriva a atual formação do grupo que modéstia parte, tem os melhores papos e gosto musical, cujo tenho a honra de fazer parte produzindo o nosso (e de todos os que já passaram por ele) programa Às Margens da Cidade. Juliana Alcantara, Carolina Hummel, Luiz Gustavo, Nicolau e João Borri, eu amo muito pensar, ouvir e estar com vocês, tamo juntos!

Aos amigos que cruzaram com a minha suas caminhadas, o período acadêmico pode ser muito cruel e deveras sufocante, mas que bom que vocês estavam lá. Bruno Benichio, Julia Silva, Gabriela Follegatti, Ju Alcantara, meus companheiros de ofício, meus queridos amigos, obrigada!

Agradeço aos professores que por via do ofício estiveram em minha história de aprendizados, em especial aqueles que me ensinaram não ser um erro ser questionadora e curiosa. Devo a muitos deles os meus sonhos mais vívidos de uma sociedade mais justa.

Por fim, dedico este trabalho para Dom, meu companheiro, meu filho. Cuja presença e personalidade me causa as mais complexas e gentis emoções que poderia sentir. A tua infância me traz à tona a nossa frágil humanidade e também toda a potencialidade que temos, que nós consigamos cooperar e construir um mundo melhor e mais igualitário para vocês, nossas crianças.

Resumo

O coletivo Mães de Manguinhos é formado por mães e familiares de vítimas da violência estatal, que se organizam visando denunciar e agir sobre as ações arbitrárias da polícia e da governabilidade brasileira para com a população pobre, negra e periférica. Este trabalho tem como foco apresentar como o afeto atravessa o processo denominado pelo coletivo como “a transformação do luto em luta”. Aqui, argumento que suas agências políticas se constroem através e sobre os afetos. As articulações construídas a partir dos afetos se apresentam como um importante recurso que dá forma e legitimidade frente às reivindicações políticas, e também constitui uma rede de apoio mútuo entre outros sujeitos que partilham de suas vivências e apoiam sua causa, colaborando com o suporte subjetivo para continuidade de suas vidas após a perda de seus entes queridos.

Palavras-chave: Mães de Manguinhos, violência policial, afetos, luta política.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Postagem de texto sobre a influência da pandemia na militância do Coletivo Mães de Manguinhos.....	12
Tabela 1 - Quantificação dos temas das postagens analisadas	13
Imagem 2 - Postagem de alerta sobre operação policial.....	19
Imagem 3 - Compartilhamento de postagem sobre moradora do bairro de Manguinhos baleada durante operação policial.....	20
Imagem 4 - Postagem de denúncia sobre mortes em operação policial na favela do Jacarezinho.....	20
Imagem 5 - Mapa da cidade do Rio de Janeiro e demarcação do bairro de Manguinhos situado ao norte.....	21
Imagem 6 - Mapa da disposição de comunidades internas ao território de Manguinhos...	22
Imagem 7 - Texto sobre dia das mães, solidariedade às mães das vítimas da “chacina do Jacarezinho” e paralelos desabafos sobre o caso de Johnatha Oliveira.....	26
Imagem 8 - Descrição do vídeo sobre o Dia das Mães.....	27
Imagem 9 - Postagem sobre o Dia Internacional da Mulher.....	30
Imagem 10 - Postagem de divulgação da “vaquinha” para angariar fundos visando a participação no Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Estado.....	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Notas metodológicas: os caminhos da pesquisa.....	11
CAPÍTULO 1- Sobre violência estatal e as respostas sociais	15
1.1. O território e o movimento das Mães de Manguinhos.....	21
CAPÍTULO 2- “Lutamos por amor”: afetos e política na luta das Mães de Manguinhos	25
2.1. Fazer política sobre os afetos: maternidade negra, pobre e periférica.....	25
2.2. Fazer política através dos afetos: tecendo a ética do cuidado.....	31
CAPÍTULO 3- Instrumentalizar afetos, requerer afetação: a participação na ADPF 635	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

Introdução

Esta monografia é fruto de uma pesquisa em Iniciação Científica que analisou a atuação do Coletivo Mães de Manguinhos - RJ, em redes sociais digitais. Este coletivo é formado por mães e familiares de vítimas da violência policial e estatal, que se organizam em busca de denunciar e agir sobre toda uma estrutura social que violenta, mata e legitima as ações arbitrárias da polícia brasileira para com a população pobre, negra e periférica.

Este trabalho tem como foco discutir uma dimensão específica desta luta, a saber, como o afeto atravessa o que essas pessoas, na maior parte mães, denominam de luta. Argumento assim que suas agências políticas se constroem através e sobre os afetos. Nesse sentido, a noção de afeto é tomada também como uma categoria de agenciamento da vida, uma ferramenta de produção de possíveis formas de vida (PADOVANI, 2015).

Analiso que para essas mães, é através dos afetos na construção dos vínculos com outras mães e familiares onde encontram uma nova possibilidade de cura, de existência após a perda de seus filhos, de manejo da dor e da revolta em denúncias e ações políticas constantes. E é sobre os afetos associados ao gênero e a condição materna, entendido por elas como indissociável ao amor daquela que gera e cria uma vida, que constroem também uma estratégia de legitimidade de sua autoridade e agência política.

Para falarmos sobre o Movimento das Mães, primeiro é importante considerar o contexto no qual ele surge e atua. A letalidade policial tem se estabelecido como uma questão pública e política importante no Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021¹, o ano de 2020 foi marcado com o maior número de mortes em decorrência de ação policial, foram cerca de 18 vítimas por dia, totalizando 6.416 vidas perdidas. Isso significa um crescimento de 190% entre os anos de 2013 e 2020.

O Rio de Janeiro apresenta consideráveis especificidades. De acordo com o Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos (GENI/UFF) somente no território da baixada fluminense foram registrados 3.860 mortes de civis no período de 2007 a 2018². Sendo uma importante consideração a lacuna de registros, o que demonstra, segundo estes cientistas, como a ação administrativa das instituições policiais, baseadas em extrema letalidade e escassa em

¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-15/> último acesso em 02/03/23.

² Relatório “Operações Policiais na Baixada Fluminense: elementos iniciais para um diagnóstico período 2007 a 2018” GENI/UFF, 2021.

procedimentos investigativos e judiciais, estabelece uma tentativa de controle sobre como o assunto deve ser ponderado no debate público.

Os números com dimensões impressionantes quantificam as vidas perdidas através da violência policial, essas são histórias que se repetem no cotidiano de um grupo específico de pessoas: pobres, moradores de periferias urbanas, em sua maioria negros. Majoritariamente, as ações arbitrárias dos policiais militares têm seus devidos processamentos jurídicos prejudicados, em detrimento a proteção institucional dos agentes estatais das forças de segurança pública para com os policiais; e as disputas subjetivas em torno das pessoas vitimadas, em geral, é questionado o envolvimento da vítima com ações criminosas, conseqüentemente, se questionam também os impulsos dos familiares que buscam justiça pelos assassinatos.

Assim sendo, a jornada das famílias que decidem levar adiante o processamento devido da morte de seus entes queridos, se caracteriza como uma luta política marcada por tensões que combinam de modo muito particular os âmbitos públicos e privados da vida. Um desses movimentos é o coletivo Mães de Manguinhos, que, ao fazer parte de uma ampla rede de familiares de vítimas de violência policial, se articulam para denunciar os abusos e violências relacionados tanto aos homicídios de seus filhos, quanto ao modo como eles são (ou não são, na maioria dos casos) processados durante as investigações.

As contínuas tentativas de produção de legitimidade para estes homicídios ilegítimos são demonstradas desde a ação policial que ocasionou as mortes, até os processos investigativos, jurídicos e legislativos, já que é na produção legislativa que se estabelece como poderão tramitar juridicamente casos ainda sem resposta. É de extrema importância pontuarmos que a sequência de fatos decorrentes das ações policiais arbitrárias demarcam uma disputa de representação dos corpos e justificativas para a violência.

As mães denunciam que a postura policial sistematicamente mata de formas impetuosas através de execuções à queima-roupa, disparos nas costas, disparos arbitrários sem troca de tiros (como muitas vezes os agentes policiais argumentam contrariamente), espancamentos, entre muitas outras formas de abuso de poder. Em fato, muitas das ações que decorrem as mortes das vítimas buscam manipular investigações a partir da adulteração da cena do crime, e visam obter respaldos institucionais como através da categorização dessas mortes como “autos de resistência”, que assume a licitude do ato devido a legítima defesa (GRILLO et al, 2015).

As denúncias e inquéritos sobre os casos tendem a ser arquivados, geralmente em detrimento da falta de testemunhas, além dos próprios agentes policiais que participavam da

ação, tendência esta que se estende através do tempo. Como já identificado por Cano (1997) durante as décadas de 1980 e 1990, onde também averiguou que a versão que majoritariamente prevalecia durante todo o procedimento investigativo era a apresentada pelos policiais.

A imposição dos movimentos familiares sob as instituições policial e judiciária é decisiva para manter a continuidade do processamento devido aos casos, já que o engajamento com a luta política exige e redobra a atenção dos agentes institucionais e da população para com as ações policiais, investigações e tramitações judiciais. Os movimentos familiares também colocam em pauta recorrente a necessidade da população em obter conhecimentos legislativos e constitucionais, como forma de manterem algum repertório de proteção contra abusos arbitrários.

É na transformação do "luto em luta", portanto, que essas familiares recorrem pelo devido procedimento legal para os casos particulares de seus filhos. Conseqüentemente, o Movimento Mães de Manguinhos passou a vincular a sua agenda a reivindicação não só da consolidação de políticas públicas que alterem a realidade permeada pela violência estatal onde estão imersas, mas a reforma de toda uma estrutura de mecanismos políticos e representações em torno da pobreza, das pessoas negras e das favelas que legitimam e sustentam a violência policial e estatal.

O grupo foi constituído no ano de 2014 por iniciativa de Ana Paula Oliveira e Fátima Pinho, moradoras de Manguinhos, favela situada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que se organizaram e se mobilizaram depois da morte de seus filhos causada por agentes da polícia. O grupo se auto descreve em sua página da rede social *Facebook* como: “É um movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos RJ, que têm filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pelo braço armado do Estado, a Polícia Racista e Fascista Brasileira”.

Como um conjunto de trabalhos já demonstrou (BIRMAN e LEITE, 2004; VIANNA e FARIAS, 2011; NERI e CARVALHO, 2018), a atuação política dos grupos de familiares-militantes requer o desenvolvimento de conhecimento de códigos de conduta e de estratégias para efetivar a militância. Por isso, entendemos que a página do grupo na rede social e a participação das integrantes em eventos *online* são um desses meios de visibilização e troca com outros familiares militantes de uma rede mais ampla.

Os espaços digitais se tornam um local e o recorte empírico para esta pesquisa. Nas páginas do coletivo no Facebook e em participação em lives no YouTube, essas mães elaboram suas denúncias de maneira particular, já que permitem certa liberdade para

dizerem o que muitas vezes precisa ser reprimido das audiências públicas e eventos oficiais, seja em razão da gestão do tempo ou para manter a conduta necessária que não deixe brechas para deslegitimar seus discursos.

A página do coletivo Mães de Manguinhos na rede social digital *Facebook*³ foi fundada em 2016 e conta atualmente com 3.894 seguidores. Nela é compartilhado diversos aspectos da atuação do grupo, e funciona tanto como um mural de notícias relevantes para os moradores de Manguinhos e da região, por exemplo, onde divulga-se ações sociais de ONGs, desaparecimentos, operações policiais, etc. E como uma espécie de diário pessoal das integrantes, onde descrevem suas angústias, postam fotos antigas de seus filhos, relembram presentes e datas comemorativas. Servindo também de meio de divulgação das suas participações em eventos, documentários e trabalhos científicos.

Foi através do *Facebook* que as fundadoras receberam seus primeiros convites para participarem de eventos e audiências públicas fora de seu território. A rede social também foi o espaço onde passaram a conhecer outros movimentos, histórias de pessoas que passaram e passam por situações semelhantes, militantes dos direitos humanos e pesquisadores de temáticas abrangentes da violência, segurança pública e direitos humanos.

Notas metodológicas: os caminhos da pesquisa

A princípio, o projeto de pesquisa propunha identificar e descrever, através da realização de entrevistas pré estruturadas, as estratégias do Coletivo Mães de Manguinhos para influenciar e incidir sobre as dimensões dos poderes estatais. No entanto, em decorrência da pandemia mundial de COVID-19, as integrantes do movimento e suas atividades também foram afetadas, pois as atividades de mobilização presenciais em atos, manifestações e presenças em audiências ficaram impedidas. Diante deste cenário, as integrantes do coletivo apostaram em ampliar a atuação na internet e em redes sociais, estratégia que já havia sido muito importante para a consolidação do coletivo em seus primórdios.

De fato, com a pandemia, a movimentação digital se intensificou, os eventos que já lotavam as agendas das integrantes e cobravam uma mobilidade geralmente dificultosa, passaram a se realizar virtualmente. Os abraços e afetos antes vivenciados em suas casas, em atos nas ruas, em tribunais, passaram a ser expressados em vídeos ao vivo, fotos antigas

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos> último acesso: 02/02/2023

e imagens que carregam significados subjetivos e particulares para cada uma das mães (como frases e fotos de datas comemorativas e presentes). Os punhos sempre fechados e colocados acima como representação da luta nos espaços públicos passaram a se apresentar nos “emojis”, figuras que buscam ilustrar sentimentos e ações, como podemos observar no print de uma postagem a seguir.

Imagem 1 - Postagem de texto sobre a influência da pandemia na militância do Coletivo Mães de Manguinhos



Fonte: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos>

A pesquisa também precisou ser reestruturada, uma vez que os encontros pessoais foram impossibilitados. Neste novo contexto, a atuação e a participação de integrantes do Coletivo Mães de Manguinhos em redes sociais e eventos online passou a ser um posto de observação rentável para compreender as estratégias e os modos de mobilização e atuação nas lutas travadas por essas mulheres. Assim, tomou-se como recorte empírico as postagens do movimento em sua página oficial na rede social *Facebook*⁴ e participações de suas integrantes em eventos veiculados na rede social *Youtube*⁵. O recorte temporal foram as postagens e lives realizadas entre janeiro de 2020 e junho de 2021, período pandêmico de considerável aumento da presença nas redes sociais.

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos> último acesso em: 02/02/2023

⁵ Não há um canal oficial do movimento na plataforma *Youtube*, suas participações em vídeos nessa rede social ocorrem majoritariamente em canais de movimentos políticos e jornalismo independente. As participações em lives se deram em canais e meios de instituições públicas: Supremo Tribunal Federal, grupos de estudos acadêmicos, defensorias estatais e o canal oficialmente iniciado para transmitir as informações sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635 (conhecida como “ADPF das favelas”)

Ao todo foram levantadas 242 postagens e 21 vídeos. O conteúdo acompanhado foi descrito e organizado conforme os assuntos tratados e sua autoria. Ao esclarecer a ordem de relevância dos assuntos em seus discursos, selecionei algumas das postagens e transcrições mais significativas do que estava sendo apresentado. A tabela a seguir representa a relação de temas e quantificação das postagens na rede social *Facebook*:

Tabela 1 - Quantificação dos temas das postagens analisadas

temas	tipifican do a luta	redes de cuidado mútuo entre integrante s e apoiadore s	desabafos íntimo	denúncias de operações policiais e suas decorrênci as	divulgação de vídeos e eventos online que participara m	redes de solidarie dade	outros (músicas, temas de interesse, etc)
compartilha mentos	17	13	12	10	11	8	2
autoria própria	55	40	25	19	14	9	7
total							242

Em relação aos vídeos, tive acesso a 21 arquivos, entre eles, 14 foram vinculados a página da rede social *facebook* do movimento e 7 na rede social *Youtube*, 9 deles foram no formato de *lives* (vídeos transmitidos simultaneamente). Os assuntos que aparecem de maneira majoritária se encaixam nas mesmas categorias já elaboradas a partir da análise das postagens. Havendo notória atenção às 3 *lives* das audiências públicas acerca da ADPF 635, onde podemos observar as articulações diretas a agentes estatais que não estão diretamente ligados às investigações dos assassinatos.

O campo digital possibilitou o acesso aos discursos e posicionamentos, tal como o acompanhamento da ativa laboração política e colocação pública do grupo. Segundo formulações metodológicas acerca de pesquisas que utilizam os campos digitais (HINE, 2015; MILLER, 2019; LATOUR, 2016; MISKOLCI e BALIEIRO, 2018), na atualidade, o advento e difusão da internet passaram a mediar as interações sociais. Dessa maneira, compreende-se que esses instrumentos de informação são um meio cultural que contribui de maneira dinâmica para a expressão de identidades e subjetividades, onde podem ser

utilizadas visando conduzir impactos em outros aspectos da vida política cotidiana das manifestações sociais.

Hine (2015) explica que pesquisas em contextos digitais não estabelecem uma exploração exclusiva do que está sendo alocado somente no âmbito “*online*” da vida dos sujeitos. Os respectivos modos de utilização dessas redes estabelecem uma ótica para a compreensão de vivências que perpassam as mediações tecnológicas, que em nossa atualidade está complexamente imbricada a vida “*offline*”.

O campo digital propicia às organizações construir uma nova possibilidade nas lutas: romper a unilateralidade das informações e fortalecer um movimento de mídia contra hegemônico, sendo marcados pelo caráter imagético e o deslocamento do discurso que tradicionalmente é midiaticado em grandes meios de comunicação (GAJANIGO e FERREIRA DE SOUZA, 2014). Dessa maneira, é fabricado um espaço exclusivo para se expressarem sem mediações de outras pessoas, onde falam de si mesmas e associam discursos ao coletivo, exteriorizando questões íntimas e vivências cotidianas.

No caso das Mães de Manguinhos, a integração que encontraram na esfera *online* se apresenta como uma alternativa para manter ativa a luta política dessas mães, onde o aspecto afetivo se desdobra em seus posicionamentos nos múltiplos espaços de agenciamento políticos. A cada foto, discurso e conferência virtual os cenários das imagens que visualizamos se alteram, os âmbitos pessoais (como a casa, os quartos, os objetos pessoais) e públicos (como as ações em atos políticos, as audiências, a rua e os auditórios) se mesclam em uma rede de associações entre denúncias formais e desabafos íntimos, construindo-os paralelamente como uma agência política através e sobre os afetos.

Julgo necessário explicar que não colocarei neste trabalho os nomes de todas as integrantes que permanecem ou que tiveram passagem e mantém contatos mais pontuais com o movimento, escolho também não citar os nomes de todos seus filhos e as circunstâncias de seus assassinatos. A importância de não deixar que nenhuma dessas vidas caia em esquecimento é imensurável, mas aqui, meu objetivo é demonstrar como o Movimento Mães de Manguinhos se coloca como um sujeito coletivo (mesmo que esse se faça corporificado em pessoas marcantes durante toda sua trajetória e representações publicizadas) e como articulam seu modo de fazer política.

1. Sobre violência estatal e as respostas sociais

A figura do Estado tem se demonstrado relevante para a tecitura do pensamento sociológico desde seus primórdios. Ainda nas ideias clássicas da teoria durkheimiana⁶, as reflexões sobre o Estado nas sociedades modernas europeias já o analisavam como um ente que se dispunha a ser o mecanismo regulatório central da manutenção de organizações sociais, e através da coesão manteria a ordem pública. Ao longo dos seus processos de formação intelectual, Durkheim (1983) desenvolve reflexões que levam o Estado para além de questões sobre um “poder Estatal” e suas possíveis instituições que já não se apresentavam concretas, assim, o interesse do autor passou a ser a compreensão da função social dessas relações de poder estatais, onde o Estado se apresentava também como um agente de regulação moral (também individual) nas sociedades de um determinado território (apud GIDDENS, 1998).

Veena Das e Deborah Poole (2004) para pensarem o Estado na contemporaneidade e suas organizações e influências nas vivências pessoais em perspectiva etnográfica, retomam o fato de que as concepções de Estados-nações têm suas idealizações centradas na teologia política europeia e colonial. Conseqüentemente, suas formações são diretamente fundadas sobre ideais segregacionistas e de conceitos como a soberania e o monopólio legítimo do uso da força.

As teóricas criticam o fato de que mesmo sendo possível identificarmos como o Estado de um determinado território estabelece espacialmente e socialmente zonas que o dividem, classificam, e administram, dispondo dinâmicas urbanas entre um “centro” e suas “margens”; os determinados “centros” eram vistos (e muitas vezes, relatados) hegemonicamente como exemplo de ordenamento estatal e, assim, restaria às margens ações estatais precarizadas ou inexistentes a depender dos interesses políticos e econômicos (DAS e POOLE, 2004). O argumento de Das e Poole é que as disposições de administração estatal não se baseia simplesmente em questões territoriais ou espaciais, onde as “margens” representam os limites territoriais e políticos do Estado, mas sim, que os territórios se integram e constituem o próprio Estado e sua governabilidade, conformando mutuamente práticas políticas, reguladoras e disciplinadoras (DAS e POOLE, 2004).

Foucault (1977) disserta que o Estado Moderno se apodera de um modo específico de governo da população, nomeado de *biopoder*, que se baseia em uma tecnologia de poder

⁶ Como podemos ver na obra “*Da divisão do trabalho social*” de Durkheim (1893)

estatal que entende a vida como objeto de regulação social. Deslocando a tese de soberania dos Estados-nações, as manipulações possíveis entre “fazer viver” e “deixar morrer” explicitadas primeiramente pelo autor, aparece em nossa lente analítica associada ao conceito de *necropolítica* de Achille Mbembe (2003) e posteriormente a elaboração de *necrobiopolítica* de Berenice Bento (2018). Neste debate, é possível entender que o estado não somente “deixa” que seus cidadãos percam sua vida, mas opera para este acontecimento, também o “fazendo”.

Mbembe (2003) partilha de parte da tese foucaultiana ao pensar realidades de países do chamado “Sul global”. Para o filósofo, a diferenciação entre as pessoas de determinados territórios se relacionam com as tecnologias de “deixar morrer” e, sobretudo, “fazer morrer”, assim, a *necropolítica* é exercida em condições práticas específicas. As mortes condicionadas são geradas e distribuídas de forma distinta pelo Estado e suas instituições. Estas diferenciações entre os cidadãos sugerem não só o direito à vida, mas também o direito ao compadecimento de suas perdas. Numa inerente junção forma-se o que Berenice Bento (2018) chama de Necrobiopoder ao discorrer sobre o contexto brasileiro:

A governabilidade não se refere exclusivamente ao cuidado da vida, como propõe Foucault (1999). Minha hipótese é a de que a governabilidade, para existir, precisa produzir ininterruptamente zonas de morte. Ou seja, governabilidade e poder soberano não são formas distintas de poder, mas têm, pensando no contexto brasileiro, uma relação de dependência contínua – seja numa abordagem sincrônica ou diacrônica. (BENTO, p.53, 2018.).

Bretas e Holloway (Apud MISSE, 2011) analisaram que o controle das populações marginalizadas através da violência policial (letal ou não), é um fato histórico iniciado no começo do século XX. Na mesma direção, ao buscar reconstruir o processo de consolidação da violência que marca a relação entre a polícia e as classes populares, Misse (2008) disserta que por volta da década de 1950 no estado do Rio de Janeiro, houve um aumento de crimes armados. Tendo como uma espécie de resposta da instituição policial o surgimento do grupo denominado Esquadrão Motorizado, que sendo composto majoritariamente por agentes policiais ativos a corporação, tinha como motivação a “caçada” de pessoas que, em tese, estariam cometendo (ou “dispostos” a cometer) crimes violentos. Suas ações acarretavam sistematicamente na morte dos suspeitos, o que originou a alcunha “Esquadrão da Morte”, popularmente difundida pela mídia jornalística.

Esse foi o início do processo de “acumulação social da violência” (MISSE, 2008) agregando continuamente carisma positivo acerca das mortes de suspeitos de envolvimento com atos criminosos. Para o autor, indissociável ao fenômeno de matança de suspeitos pelo Esquadrão Motorizado, se dá as concepções extra-legais pelas quais se produz a associação dos sujeitos para com o crime:

Assim, por exemplo, como é muito comum no Brasil que a lei não seja seguida em certos e variados casos, e como seus contextos produzem às vezes formas que padronizam práticas extra-legais relativamente legítimas, não faz sentido encerrar a construção social do crime apenas no processo de criminalização, aceitando seus termos codificados pelo direito positivo vigente. É preciso ir além e reconhecer as formas concretas pelas quais as práticas e suas representações sociais combinam, em cada caso, processos de acusação e justificação, criminalização e des-criminalização, incriminação e discriminação que, fora ou dentro do Estado, mantêm-se relativamente autônomos frente à lei codificada e em permanente tensão com ela. (MISSE, p.9, 2008)

Dessarte, o movimento que se segue entre acusação e incriminação, quando destituído da ocorrência factual do crime, suscita o processo de sujeição criminal (MISSE, 2008). Desloca-se o foco do evento para o sujeito, em uma conduta de responsabilização antecipada, igualmente indissociável as questões estigmatizadas a qual o crime é relacionado, formulando assim um tipo social de (possíveis) criminosos, que deveriam ser coibidos efetivamente através da violência que é legitimada, dentro e fora da legislação vigente, pelas mesmos fatores discriminatórios que a motivam.

Há, assim, um esforço de justificar as vidas tiradas pelo Estado através do argumento de que elas estariam associadas à defesa da sociedade. Nessa lógica, no caso brasileiro, se opera a justificativa para morte de “bandidos” e “suspeitos”, tidas como acréscimo de ordem, legitimando a morte dos jovens que estariam “envolvidos” com atividades criminais. Nos territórios de periferia, essa lógica produz práticas e efeitos concretos relacionados a ocorrências constantes de confrontos armados e uma forma de conduta específica dos agentes estatais para com a população.

Quando a prática de uma específica corporação estatal como a Policial Militar, é legitimada pelo poder judiciário, seja através do arquivamento das ocorrências ou na arbitrariedade de tratamento das partes envolvidas; observa-se que os casos das mortes em

decorrência a ação policial não são somente uma ação acidental e particular daquele que foi o agente direto do ato, do que “puxou o gatilho”.

Na confluência destes debates, observamos como a necrobiopolítica (BENTO, 2018) se apresenta como um sistema gestor onde a parcialidade e a impunidade funcionam como mecanismo de manutenção para a continuidade da repressão arbitrária e da violência policial. A violência institucionalizada se dirige a pessoas de um território, gênero, etnia e faixa etária. Em geral, aqueles diretamente violentados são homens jovens, em sua maioria negros, moradores de periferia.

Como exemplos mais recentes das tecnologias de poder exercidas através da violência institucional, podemos citar duas políticas governamentais: a primeira foi a política de gratificação, conhecida como “faroeste”, estabelecida pelo governador Marcello Alencar por meio do decreto estadual 21.753/1995 - RJ onde os agentes policiais cariocas que mais matassem em serviço recebiam aumento salariais, o que implicou em um aumento da violência policial nos territórios periféricos. Esta bonificação se encerrou oficialmente em 1998 (COUTO, 2016).

A segunda foi a modalidade administrativa nomeada “autos de resistência”, esta foi uma figura administrativa/jurídica que estabelece que havendo qualquer tipo de oposição à ação policial, a resposta do agente se daria em caráter de legítima defesa ou com licitude. A utilização desta figura jurídica se iniciou no período da ditadura militar do Brasil (1964-1985), sendo criado para legitimar a violência contra dissidentes políticos e justificar assassinatos. Após o fim do período ditatorial, essa modalidade foi “resgatada” e passou a ser utilizada para referir-se às mortes causadas por agentes do Estado quando houver alegada resistência da vítima (MISSE et al, 2011).

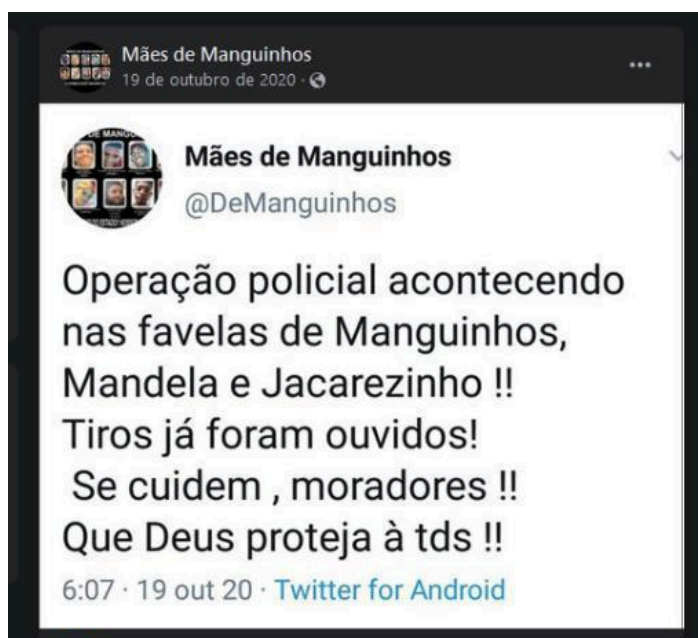
Baseado no Artigo 292. do Código de Processo Penal, que diz: “se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas.”

Mais de 16 mil pessoas foram mortas no período de 1997 a 2011 em ações policiais cariocas, sendo registradas oficialmente como “Auto de resistência”. Estes homicídios passam a ser considerados dentro dos padrões da legalidade desde o Registro da Ocorrência. Os casos alocados sobre esta categoria são marcados por fatores como a ausência sistemática de testemunhas além dos próprios policiais envolvidos na operação, e a ausência de perícias no local para averiguar a dinâmica dos fatos (MISSE et al, 2011).

Destes casos, 98% não tiveram as investigações concluídas e foram arquivados. Foram registrados como “auto de resistência” casos singulares como o de crianças muito pequenas, a mais nova delas com 2 anos de idade (MISSE et al, 2011), demonstrando como a categoria passou a ser utilizada pelos agentes policiais de maneira totalmente irregular, visando serem amparados pela excludente de ilicitude que nos registros e processos investigativos, encobrem execuções sumárias e ações desqualificadas praticadas pela sua instituição.

Na página do Coletivo Mães de Manguinhos, temos constantemente a divulgação de operações policiais repressivas e suas decorrências.

Imagem 2 - Postagem de alerta sobre operação policial



Fonte: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos>

imagem 3 - Compartilhamento de postagem sobre moradora do bairro de Manguinhos baleada durante operação policial.



Fonte: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos>

Imagem 4 - Postagem de denúncia sobre mortes em operação policial na favela do Jacarezinho



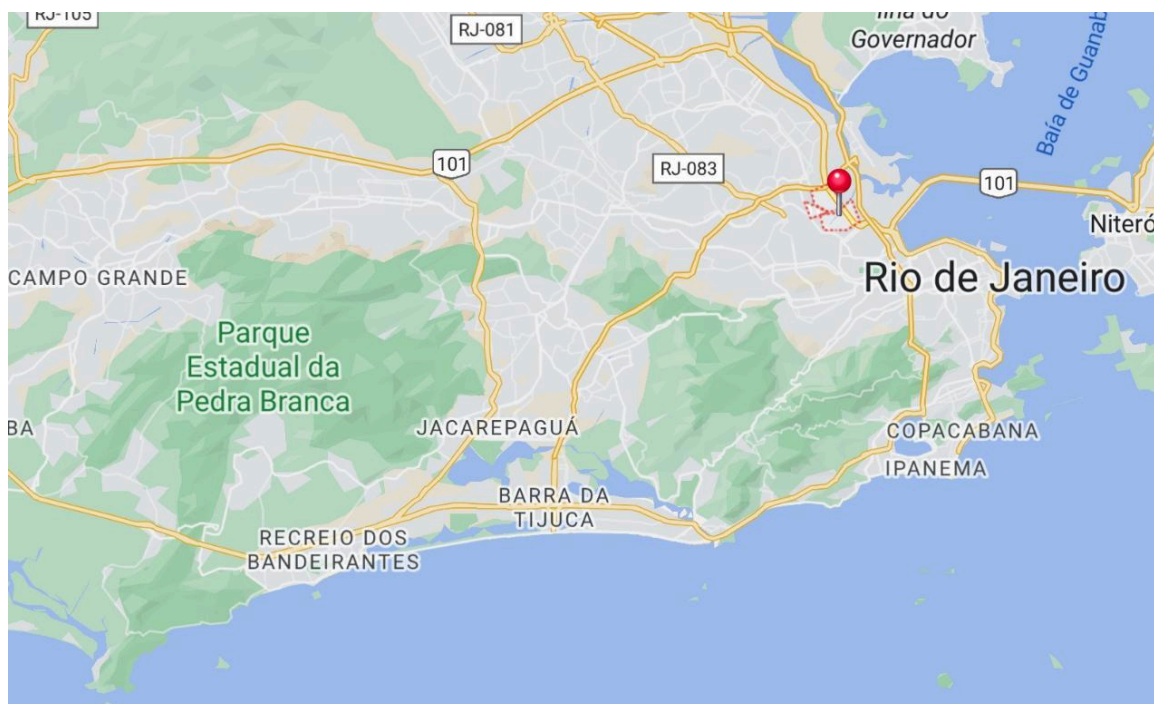
Fonte: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos>

As constantes opressões se reverberam aos sujeitos que partilham com as vítimas de laços familiares e a toda a comunidade de seus territórios de moradia. O contato cotidiano com episódios de abusos e violência policial provoca nos sujeitos processos de indignação e rotinização (MOTTA, 2020) que combinam estratégias para lidar com os danos psicológicos e subjetivos (a humilhação, o luto, entre muitos outros) e conhecimentos e ações práticas que possam protegê-los dos riscos permanentes.

Nesse contexto surgem os movimentos contra a violência, advindos em grande maioria dos territórios de periferia, que se organizam de diferentes maneiras em tentativas para denunciar ações que violam os direitos humanos e constitucionais. Conforme acontece a movimentação desses grupos que são, geralmente, constituídos em maioria por mulheres, uma rede de apoios e afetos se formam e tocam também outras pessoas e maneiras diversas. Além dos familiares das vítimas e moradores de periferias, são eles líderes de movimentos sociais, pesquisadores de temáticas relacionadas à violência, segurança pública e direitos humanos, agentes estatais de setores do governo como a defensoria e o Ministério Público e representantes políticos eleitos democraticamente.

1.1 O território e o contexto de início do movimento das Mães de Manguinhos

Imagem 5 - Mapa da cidade do Rio de Janeiro e demarcação do bairro de Manguinhos situado ao norte



Fonte: Google Maps (2023)

Manguinhos é um bairro situado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, como podemos ver delimitado em vermelho no mapa da imagem acima. É marcada por sua fundação em áreas de manguezal às margens da Baía de Guanabara, característica que nomeia o território, que fora aterrado com lixo e terra de demolições. Sua ocupação se deu primordialmente no início do século XX, sendo organizado a partir da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sediada por uma enorme estrutura, o “castelo de Manguinhos”, e dos conjuntos habitacionais construídos para funcionários do instituto. Posteriormente, nas proximidades do instituto, foi construído também um conjunto de habitações para funcionários da Casa da Moeda, onde atualmente delimita a comunidade da Vila União (FIOCRUZ - Conhecendo Manguinhos, 2013).

Derivou-se destes dois conjuntos habitacionais para trabalhadores outros diversos domicílios, sendo alguns planejados por políticas públicas destinados à habitação social, outros advindos do resultado da especulação imobiliária devido a grande instituição e indústrias implantadas no bairro (como a Embratel, CONAB, Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A, etc) algumas sediadas no mesmo local até hoje, e um grande número de alocações irregulares, até sua atual disposição (SILVA, 2013).

Imagem 6 - Mapa da disposição de comunidades internas ao território de Manguinhos



Fonte: As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro (FERNANDES; GAMA-ROSA COSTA, 2013)

Estima-se que o complexo de Manguinhos abriga atualmente 15 comunidades, como observável na imagem acima, contabilizando cerca de 60 mil habitantes no ano de 2010. Visto as diferentes condições pelas quais se dispuseram as habitações do bairro, cada comunidade apresenta especificidades estruturais e diferenças majoritariamente patrimoniais, embora ainda sejam baseadas nos mesmos determinantes políticos, econômicos e sociais que figuram os territórios de periferia dos grandes centros urbanos brasileiros (FERNANDES; GAMA-ROSA COSTA, 2013).

Desde a fundação do território, iniciativas industriais privadas, práticas estatais e extralegais produziram diferentes interesses e tentativas de gerenciamento governamentais. Visando ter alguma influência frente às decisões estatais sobre seu território de moradia, surge o primeiro grupo de Associação de Moradores que buscavam principalmente garantir acesso a serviços públicos e a inserção nos programas de atendimento escolar e de saúde para moradores cujas habitações são ilegais, portanto, não constam nos cadastros oficiais da prefeitura (FERNANDES; GAMA-ROSA COSTA, 2013).

Embora tenha se dissolvido com o tempo, os conhecimentos obtidos através da Associação de Moradores inspiraram as lideranças comunitárias para a criação do Fórum Social de Manguinhos, que foi fundado em 2007 e exerce até os dias atuais um sistemático trabalho no campo da cidadania e segurança pública, visando a formulação e consolidação de políticas que atendam suas especificidades enquanto bairro periférico.

O território de Manguinhos tem sido marcado historicamente, por ter o quinto pior IDH⁷ do município do Rio de Janeiro, esta é uma medição estatística composta por expectativa de vida, escolaridade e indicadores de renda per capita. A localidade também apresenta consideráveis taxas de criminalidade e de violência urbana (Relatório Manguinhos e seus caminhos, 2013). Segundo o trabalho Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro - GENI/UFF e Fogo Cruzado (2022), 18% do território dos bairros localizados na zona norte da cidade estão sob o controle territorial armado desde 2006, contabilizando o controle de facções criminosas e milícias.

Além do domínio espacial por facções e milícias, os crimes mais comumente registrados no território de Manguinhos e suas proximidades no ano de 2010 foram o tráfico de drogas, roubo a transeuntes, roubo de veículos, homicídios dolosos, roubo de cargas e desaparecimento de pessoas. Importante mencionar que no mesmo ano houveram 12

⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq visando "Desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade de renda nacional para políticas centradas em pessoas." adentro ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) conjunto ao Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU).

policiais mortos em serviço e 485 mortes de civis em decorrência de ação policial classificadas como “Auto de Resistência” (FGV-DAPP com dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro).

Nessa conjuntura, no ano de 2012, Manguinhos recebeu uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Em teoria, as UPPs se baseiam na ocupação dos territórios e no policiamento de proximidade, entrelaçando a “política do confronto” e a “aproximação com a comunidade” (VILAROUCA, RIBEIRO e MENEZES, 2022).

Houve grande expectativa em torno do projeto, as primeiras unidades chegaram a demonstrar uma momentânea queda do número de tiroteios, redução de homicídios e roubos (RODRIGUES, 2014), juntamente com a percepção de uma singela diminuição da arbitrariedade da violência policial para com os moradores, que simulava uma “política de proteção da população contra a própria polícia” (Misse et al., 2013). No entanto, a partir de 2013, este cenário foi dando lugar às críticas e denúncias cada vez mais frequentes do mesmo antigo modo de ação militar, violentamente arbitrário e envolvimento com a milícia (MUSUMECI et al., 2013). Logo os eventos de violência ligados aos policiais da UPP passaram a fazer suas primeiras vítimas fatais.

As Mães de Manguinhos se instituíram enquanto grupo a partir de Ana Paula Oliveira e Fátima Pinho, duas mães que tiveram seus filhos assassinados por policiais da UPP de Manguinhos. Juntas demandaram apoio ao Fórum Social de Manguinhos, e através dele afirmam ter conhecido o caminho da resistência política. Os acontecimentos que resultaram na retirada da vida dos filhos de Ana Paula e Fátima não são particulares, promovendo uma série de encontros entre elas e outras mães que partilham das mesmas experiências, sofrimentos e revoltas, encontrando apoio em suas redes de afeto.

Ao levarem o território em seu nome, as mães passam também a falar por todo um conjunto de mulheres que partilham de suas vivências. Ter o entendimento dos fatores estruturais que envolvem as mortes de seus filhos foi o ponto de partida para construir um coletivo destinado à denúncia e acolhimento, como Ana Paula Oliveira expressa ao se apresentar na *live*⁸ de comemoração de 6 anos do movimento: "o coletivo tem como um dos principais intuits esse, além de lutar por memória, por verdade e por justiça, nossa luta é pela vida, apoiando a vida dessas mulheres que lutam por seus filhos também”.

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/videos/167229068548197> último acesso em: 02/03/23

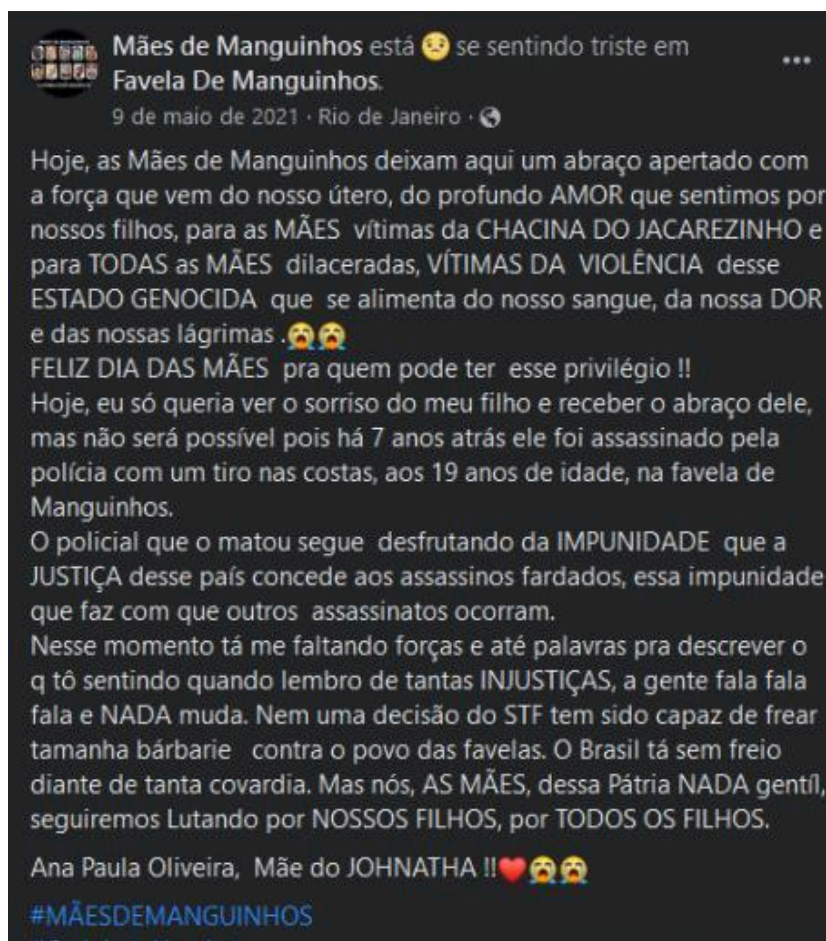
2. “Lutamos por amor”: afetos e política na luta das Mães de Manguinhos

2.1 Fazer política sobre os afetos: maternidade negra, pobre e periférica.

Em nossa organização social, entre cuidado doméstico e construção de relações cotidianas, a figura materna aparece como protagonista da gestão da vida. Embora historicamente coube às figuras femininas o papel da criação e cuidado aos filhos, as disposições e necessidades domésticas se alteraram com o tempo. Após a consolidação das sociedades industriais e das necessidades econômicas capitalistas, foram as mulheres de famílias operárias que passaram a levar a discussão dos cuidados maternos para âmbitos públicos da vida, visto que a associação de maternidade (e do trabalho do lar) e trabalho fora do lar principia a ideia de “lógica dupla de responsabilidade” (BRUSCHINI, 1994). As mães de família, responsáveis por gerar, garantir os cuidados básicos e educar, passam a ser muitas das vezes a principal provedora financeira de seus núcleos familiares, conseqüentemente, a experiência da maternidade é marcada pelas desigualdades sociais e raciais.

Se é na interação cotidiana que se formam as nossas dinâmicas de afeto mais concretas, a relação materna vai além do suprimento de necessidades básicas. O “amor” aparece no cotidiano familiar como categoria que engloba um conjunto de ações de cuidado e significação das relações.

Imagem 7 - Texto sobre dia das mães, solidariedade às mães das vítimas da “chacina do Jacarezinho” e paralelos desabafos sobre o caso de Johnatha Oliveira.



Fonte: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos>

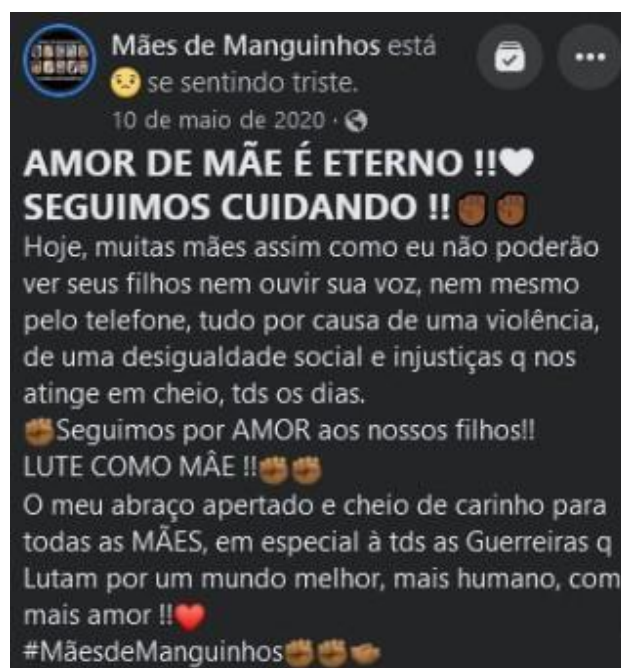
Essa postagem nos evidencia como a maternidade se porta na luta política dessas mães enquanto autoridade pela apreensão da vida. O útero, órgão feminino responsável pela reprodução humana, aparece no discurso com potencial de fortalecimento da luta motivada pela perda da vida de seus filhos. A “força que vem do nosso útero” se apresenta como uma gestação constante daquelas vidas, sendo esta potencialidade partilhada entre outras mulheres.

A violência se espalha entre os corpos em relação, o filho atingido fatalmente reverbera no sofrimento da mãe, são elas os corpos que ficam, obrigadas a conviver com o luto que é constantemente deslegitimado devido a suas circunstâncias. Veena Das (2000) argumenta que as experiências do sofrer se fundam em dimensões não concretas, sempre delineadas pelas performances da linguagem. No caso das mães, as experiências de dor pautadas nos discursos que resistem ao silenciamento, mas também se apropriam de momentos de reclusão, constroem um prisma de sentidos para a revolta, a dor e o luto, expostas neste caso na dualidade entre família e Estado.

A denúncia se desenrola em meio ao desabafo, são as mães “dessa pátria nada gentil” que lutam, se colocam em oposição e esforço político constante, pela possibilidade de vida para os filhos, não somente os filhos das mulheres de seu grupo social, mas todo um grupo de pessoas que estão submetidos à violência institucional devido à sua cor, seu gênero e seu local de moradia. Assim, celebrar a data comemorativa do Dia das Mães é um privilégio que muitas mães que partilham de determinados marcadores sociais não podem aproveitar.

A categoria “mãe” estabelece a agência de reconhecimento de como se colocam politicamente em relação à militância. Perante a condição materna, o processo social corporificado sobre o gênero no ato de “dar a vida”, carrega a legitimidade da contraposição àquele que a tira (consubstanciado na figura do Estado), em um conflito de posições e discursos (LOWENKRON e VIANA, 2017).

Imagem 8 - Descrição do vídeo sobre o Dia das Mães



Fonte: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos>

O cuidado, questão primordial para o desenvolvimento humano, perdura mesmo após a vida perdida. As vidas que formaram desde a gestação até a juventude, agora necessitam de uma constante gestação de humanidade e moralidade ligadas a suas histórias interrompidas, que contrapõe a lógica política-social que estão submetidas. Ao continuarem cuidando de seus filhos, utilizando das chaves discursivas que estabelecem humanidade e

cuidado à vida, essas mães dispõem de um tipo específico de maternar em luto, que embora não possa favorecer diretamente seus próprios filhos, visa criar novas possibilidades de vida para outras mães e filhos, como descrito no print acima, “um mundo melhor e mais humano”.

Por isso a luta passa a ser das mães, e cada morte passa a ser o “caso da mãe” (VIANNA e FARIAS, 2011) já que são elas os sujeitos que passam a conduzir e representar a acusação nos processos que falam sobre seu filho. Os trechos a seguir são parte da entrevista dada por Ana Paula Oliveira, fundadora e integrante do Movimento Mães de Mangueiras, para o canal “Esquerda Diário” da plataforma *Youtube*, na série nomeada “Mulheres negras na Luta por Justiça” (DAR CONTEXTO PARA A ENTREVISTA). Neles, vemos como a marca da desigualdade produzida desde as mortes intencionadas até a maneira de como tramitam os processos jurídicos são ponto fundamental da mobilização política.

Me enxergo nessas mulheres [outras familiares de vítimas], são mulheres negras, periféricas, assim como eu. E isso é ver que existe um projeto de extermínio do nosso povo, do povo de favela e periferias, e quando tenho esse entendimento isso me revolta e ao mesmo tempo me dá mais força pra lutar, porque tenho outros filhos. Eu luto para que minha filha cresça e tenha o direito de ser mãe, tenha o direito de conviver com o filho dela, minha luta é para que outras mulheres tenham o direito de conviver com seus filhos e exercer sua maternidade. Trecho retirado do vídeo “Mulheres negras na luta por Justiça”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=B7piVdUytjg&t=17s>. Último acesso em: 10/02/2023.

Ao colocarem-se como mulheres negras e periféricas, estão demandando o reconhecimento de seus filhos segundo estas mesmas determinações. Reforçando a oposição ao Estado que é denunciado como operador de violência dirigida às pessoas negras, pobres e periféricas (FARIAS, LAGO e EFREM FILHO, 2020). O gênero se determina para essas mães como uma condição interligada a raça e classe, assim como sugere Davis (2016), as diferentes opressões estabelecidas nesses marcadores sociais da diferença se dispõem interseccionados, e assim, influenciam nas vivências possíveis.

“Mulher mãe negra e favelada”, é a imagem que se constrói em uma sugestão de diferenciação em relação a outras mulheres que não partilham dos mesmos marcadores sociais e, simultaneamente, unindo-as àquelas que compartilham da mesma experiência. Estabelecendo estes tipos específicos de coletividade, de sujeição e pertencimento, produzem zonas de afetações.

O trecho a seguir, retirado da mesma entrevista dada por Ana Paula Oliveira para a “Mulheres negras na Luta por Justiça”, demonstra como o lugar social das mães é constantemente colocado em pauta tanto por elas quanto pelos atores midiáticos e agentes estatais, que tentam defini-las como “mãe de bandido”.

Quando as testemunhas de acusação começavam a dar seus depoimentos eram questionadas se trabalhavam, se tinham vício, se no local onde morava existia venda de drogas, fica nítido pra mim que quem estava sendo interrogada não era o assassino do meu filho, e sim quem estava sendo julgado eram as testemunhas, era o meu filho. Isso foi muito adoeedor para mim, a primeira audiência acontece 10 meses depois do assassinato, fui com a esperança de que ali encontraria justiça e dei de cara com a realidade da impunidade. Por isso procuramos estar junto a outras mães nas audiências, pois sabemos como aquele momento é difícil, é um momento onde ouvimos mentiras e não podemos se manifestar, temos que ficar caladas.

Trecho retirado do vídeo “Mulheres negras na luta por Justiça”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=B7piVdUytjg&t=17s>. Último acesso em: 10/02/2023.

Apesar do desconforto desse lugar da acusação de “ser mãe de bandido”, há entre as mães uma sensível atenção em não utilizar a “inocência”, o fato de seus filhos não terem ligação ao crime, como justificativa para a ilegitimidade de suas mortes. Frequentemente, elas evocam a legislação do Estado democrático de direito brasileiro que condena torturas e penas de morte, tal como drásticas penalizações aos homicídios, seja qual for o sujeito afligido por estes.

A entrevista para o canal Esquerda Diário finaliza com uma rápida conversa sobre qual seria a “luta por justiça” frequentemente colocada como pauta do movimento:

Não sei como vai ser, não sei se no fim irei encontrar essa justiça, costumo falar para as mães que a justiça somos nós, as mães vão fazendo a justiça como podem, nós que decretamos que nossos filhos são sim vítimas do Estado e da política de segurança pública que extermina os moradores de favela. A punição do responsável pelo tiro é o mínimo que pode acontecer pra nós, a justiça só aconteceria se o meu filho tivesse a oportunidade de sair da minha casa, numa tarde de quarta feira acompanhado de sua namorada, e retornar.

Trecho retirado do vídeo “Mulheres negras na luta por Justiça”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=B7piVdUytjg&t=17s>. Último acesso em: 10/02/2023.

Depois de 7 anos de ativa ação política sem respostas judiciais, Ana Paula afirma que “a justiça somos nós”, esta justiça que, na maioria das vezes aparecia em seus discursos

como um fim a se obter, um resultado concreto e distante, passa a se imbricar no ordinário, no cotidiano. Ao ocupar lugares carregando as imagens de seus filhos com orgulho, ao classificar suas mortes como arbitrárias e ilegítimas, ao se organizarem em apoio a outras familiares, as mães vão “fazendo justiça como podem”.

A noção de justiça se expande e retrai entre esferas públicas e privadas de suas vidas. O vislumbre da condenação do policial que puxou o gatilho toma um lugar “mínimo” nas possibilidades da justiça, seria esta a sentença mais básica para seus casos, demonstrando que o que requerem é uma justiça social, são mudanças estruturais efetivas sobre a violência que atualmente é alimentada pela impunidade. Assim, através do luto advindo a interrupção forçada de suas maternidades, essas mães estabelecem uma nova maneira de maternar para si mesmas que também possibilita o maternar de outras mães e as vidas de outros filhos.

A postagem a seguir ilustra essas nuances de intersecção de identidades. A intersecção raça, gênero e espaço delimita vivências, possibilidades e impossibilidades, seria esta um tipo de “maternidade ultrajada” que se figura especificamente para as famílias negras (ROCHA, 2018).

Imagem 9 - Postagem sobre o Dia Internacional da Mulher



Fonte: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos>

Maternidade, sentimentos, intersecções de raça e classe, retóricas de justiça, são esses assuntos indissociáveis as noções de afeto na vida dessas mulheres. Na maternidade elas são afetadas na criação biológica e social de um novo ser, por quem se afeiçoa e estabelece uma relação de amor, suas vivências são afetadas pelos marcadores sociais e, quando subordinadas a situações de extrema violência Estatal, se faz necessário articular desses mesmos fatores para efetivação de suas agências políticas. Desse modo, os afetos se portam como um regulador das relações que fazem família, pessoalizam sujeitos, mobilizam guerras e constroem possibilidades de vida (PADOVANI, 2015). Assim, para essas mães, os afetos se tornam seu principal meio de fazer política.

2.2. Fazer política através dos afetos: tecendo a ética do cuidado

Quando os sentimentos de tristeza em decorrência dos assassinatos e das causas dos mesmos são compartilhados entre um grupo de pessoas, os afetos que permeiam essas relações se afirmam não apenas como uma estratégia de ação e enfrentamento político, mas como uma trama afetiva que mantém a luta possível e mais humana. Os vínculos construídos entre as integrantes extrapolam a consanguinidade, mas também produzem relações consideradas familiares, as mães passam a ser irmãs de luta. Esta familiaridade multifacetada se espalha na vida cotidiana (PADOVANI, 2015), contribuindo paralelamente em aspectos subjetivos: a presença nos momentos marcantes, a escuta, o abraço de apoio, etc; e objetivos: testemunhando nas audiências judiciais, organizando vaquinhas digitais, etc, as redes de acolhimento são parte fundamental da militância do Coletivo das Mães de Manguinhos.

Estas redes não incluem somente as integrantes do grupo, moradoras de Manguinhos, mas toda uma comunidade composta por outros grupos de mães de vítimas da violência estatal. “Não estar só” é ponto fundamental em vários acionamentos, como potencial terapêutico, onde os afetos se fazem presente nos momentos mais difíceis - como nos dias do aniversário do filho, nas audiências e nas manifestações - e apoia a continuidade de cada vida. De encontros a níveis nacionais até rodas de bordado, estarem próximas fortalece seus argumentos perante o que as atravessam e frente suas escolhas e possibilidades de dedicar suas vidas a essas reivindicações.

Imagem 10 - Postagem de divulgação da “vaquinha” para angariar fundos visando a participação no Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Estado



Fonte: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos>

“Bordar é um momento prazeroso. E isso é muito incomum no nosso dia a dia. O dia a dia da favela deixa a desejar em momentos prazerosos. E juntas a gente se fortalece. Juntas nós somos muito mais fortes. A gente ri, a gente chora, a gente desabafa. Nós somos mães e familiares da luta, do luto, mas do amor. Quando você olha para o meu bordado você vê que as lágrimas são de sangue.

A gente pretende juntar essas memórias e fazer uma bandeira para levar para os atos, levar para onde a gente estiver presente, onde formos falar dos entes queridos. Para simbolizar todo o nosso amor e a nossa dor que andam juntas”

(Trecho de fala de Patrícia Oliveira sobre os encontros para bordar juntas⁹)

⁹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/12/maes-que-perderam-filhos-por-violencia-em-manguinhos-rio-se-unem-para-bordar-e-curar-o-trauma.ghtml> e compartilhado na página do Facebook em 13/05/2021

Para essas familiares-militantes, entrelaçados os aspectos morais e constitucionalmente cívicos, a dimensão do afeto se estabelece como fundamental no seu modo de operar ações políticas. Cuidar umas das outras é manter-se vivas conjuntamente, enquanto mulheres condicionadas socialmente pelas posições sociais dos seus corpos e enquanto companheiras de luta; igualmente é manter o cuidado e o amor aos corpos que gestaram e sustentaram de formas objetivas e subjetivas.

As vidas que geram vidas se corroboram ao conservarem a vida uma das outras, constituindo também uma estratégia de enfrentamento político através dos afetos que mantém empaticamente. Se manter vivas é se manter ativas na luta, honrando e representando em uma série de gestos aqueles que as motivaram e aquelas que já não mais conseguem estar presentes fisicamente na mesma.

O afeto se mostra como elemento primordial da militância que se apresenta adoecida por consequências da violência institucionalizada, do tempo e das condições a qual são submetidas em razão da busca por justiça. O corpo-testemunha (SOUZA, 2015) corporifica e demonstra as enfermidades, o sofrimento em detrimento desde o momento da morte e também absorve e expressa os atos aos quais seus filhos foram submetidos, como expressam: “Nós somos mães e familiares da luta, do luto, mas do amor. Quando você olha para o meu bordado você vê que as lágrimas são de sangue.”

Assim, elas tecem o ser coletivo “nós, as mães”, e projetam entre si ressignificações de seus próprios sofrimentos. Todos os anos, durante o mês de maio, o coletivo organiza eventos para comemorar sua fundação e união que perdura com o tempo, chamado de “Levante das Mães de Manguinhos”. No ano de 2021, o encontro foi feito através de *lives*, onde a celebração se mostra entre as dualidades da dor e do contentamento, como cita Patricia Oliveira “comemorar por uma causa tão triste, que se faz feliz por estarmos juntas”¹⁰.

Durante a comemoração dos 7 anos do movimento pudemos observar como outros sujeitos também se juntam às redes de apoio e afeto que são cultivadas a partir das Mães de Manguinhos. São estes professores, pesquisadores, políticos, agentes de instituições como a Fiocruz, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, agentes estatais, diversos coletivos de periferia, entre muitos outros.

¹⁰Disponível em: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/videos/167229068548197> último acesso em 02/03/23

3. Instrumentalizar afetos, requerer afetação: a participação na ADPF 635

O movimento Mães de Manguinhos teve importante participação na criação do recurso previsto na Constituição Federal nomeado Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 635, apelidada por ADPF das Favelas. Esta é uma ação judicial feita especialmente para discutir a letalidade policial no Rio de Janeiro, que permitiu à população um espaço oficial de colocação frente ao Estado, onde exigiram mudanças sobre ações estatais violentas, consideradas inconstitucionais. Pela primeira vez movimentos de favelas e de mães e familiares de vítimas de violência estatal foram considerados “amicus curiae”, esta é uma terminologia utilizada para definir os sujeitos que são os principais articuladores dos argumentos em processos legislativos, significando os “amigos da corte”.

Conforme mudam-se os cenários e os sujeitos a quem mobilizam suas causas e demandas, a instrumentalização dos afetos também se modifica. Dessa maneira, esta participação sem precedentes oferece um contexto muito rentável para observarmos como suas falas articulam “pouco a pouco” mas de maneira contínua, sentenças de afeto e pedidos por afetação. Aqui, o testemunho é utilizado como o mecanismo que permite entrarmos em contato com a experiência do outro, sendo uma tentativa de elo de consenso entre os que “estavam lá” e os que “não estavam lá”. Abaixo, temos uma das primeiras frases ditas por uma das integrantes do movimento na primeira audiência pública da ADPF:

“Já que estamos aqui falando como autoridades sobre esses casos, faça algo por nós. Já que nos silenciaram por muito tempo, também sejam nossa voz”

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=rf3x9u6QQ5Y> último acesso em 02/02/2023.

Ao se colocarem como quem fala da posição de “autoridades sobre os casos” e replicar um pedido para que “também sejam suas vozes”, o grupo solicita que os novos sujeitos políticos advindos da ação judicial compreendam e testemunhem sobre os seus casos, que reconheçam este elo de consenso sobre os fatos que permeiam a violência institucionalizada. Adentro a organização da ADPF o coletivo encontra meio para expressar sua militância que se assume multifacetada. A “transformação do luto em luta” revela que seus esforços são múltiplos, mas por vezes aparecem publicamente limitados. O convite oficial de Edson Fachin, Ministro do Supremo Tribunal Federal, para os representantes de movimentos familiares contra a violência estatal expressa o reconhecimento da legitimidade da ação política desses militantes no plano estatal.

A ADPF foi impetrada judicialmente em novembro de 2019, ganhou visibilidade no período mais intenso da pandemia, entre o ano de 2020 e o início de 2021. As principais tramitações chegaram a determinar, por exemplo, que apenas seriam aceitas operações policiais em territórios de favelas justificadas como de extrema necessidade, com planejamento policial prévio. Esse fato resultou na diminuição de 73% das mortes por ocorrência de ação policial no ano de 2020. No mesmo ano, entretanto, a determinação que apesar de vigente, perdeu sua força devido ao descumprimento pelas instituições policiais.

Além da proibição de operações policiais sem justificativa, a ADPF se dispôs a garantia de medidas e procedimentos indispensáveis para a investigação dos homicídios em operações policiais, como determinar a preservação dos vestígios da cena e impedir as remoções indevidas de corpos em atos praticados por policiais. Houve a exigência de documentação das provas periciais, laudos e exames de necropsia confeccionados por órgãos de polícia técnico-científica do Estado, tornando possível assegurar a possibilidade de revisão de cidadãos independentemente de trâmites jurídicos. O STF também requisitou que fossem priorizados casos que tenham crianças como vítimas.

As audiências demonstraram como a ADPF foi um instrumento para questionar, dessa vez junto a agentes estatais, como a violência do estado é legitimada e como vem sendo aplicada cotidianamente nas condutas policiais que julgam produzir uma suposta Segurança Pública. Nestas audiências, chama atenção o fato de que a violência institucional já está desde início posta como excesso, onde o Estado democrático de direito foi problematizado por seus próprios agentes institucionais; e a corte do judiciário federal buscou formas de intervir sobre o poder executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, se observa como as argumentações levantadas pelas familiares são levadas em consideração ao serem utilizadas para confrontar como se figura o monopólio do uso legítimo da força. Os trechos a seguir são a continuação da fala de Eliene Maria Vieira na primeira audiência pública:

Eu sou mãe e sou avó, tenho tanto medo de perder meus filhos e netos que chego a perder a vontade de viver. Somos pessoas, e a única coisa que pedimos ao Estado brasileiro é para sobreviver. [...]

Quando o caveirão aéreo vem dando voo rasante parece que vai derrubar o telhado da minha casa, como podem ver minha telha é de amianto (mostra o telhado de sua casa na câmera, mostrando também sua casa e a descrevendo como uma casa de 2 cômodos, sendo cozinha, banheiro e quarto) Quando a polícia entra aqui na minha casa, ela entra sem bater,

simplesmente invade. Não é fácil acordar 5 horas da manhã e ter em sua porta vários homens encapuzados, isso quando sua porta não é arrombada. Eu tinha uma faixa do movimento aqui na frente da minha casa e mandaram que eu tirasse.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=rf3x9u6QQ5Y> último acesso em 02/02/2023.

Ao mostrarem suas casas e descreverem cômodos e rotinas, a intimidade se coloca nos mais diversos espaços de posicionamento. Algumas vezes esta intimidade é invadida sem escrúpulos, outras vezes é exposta voluntariamente como forma de legitimar suas falas e produzir empatia e afetação. O modo de fazer política dessas mulheres está o tempo todo atravessada pelo cotidiano e seus afetos. A afetividade, também se traduz na maneira de viver e em seus projetos de vida: pensar no futuro dos filhos, dos netos, no que irá fazer para alterar a realidade em que está inserida.

Explicitando os riscos e humilhações as quais são colocadas por suas posições políticas, a integrante também dimensiona outros aspectos da violência estatal: a polícia que rasga as faixas do Movimento e “as marcam”, a presença nas audiências públicas que adoecem e que relembram os momentos trágicos. Dessa forma, suas agências políticas são formadas com conflitos emocionais subjetivos, onde coexiste o que adocece: “tenho tanto medo de perder meus filhos e netos que perco a vontade de viver”; com aquilo que dá a força para “continuar”: “a única coisa que pedimos para o Estado é para sobreviver”.

O trecho a seguir nos mostra como as zonas de legitimidade família-estado representam espaços físicos e políticos de ocupação que ordenam os trânsitos identitários, afetivos e político-legais. Elabora-se a partir destas zonas, distintos processos de atuações públicas em diferentes locais, o Estado enquanto personagem da trama é evocado como entidade ampla que vai da concretude de suas instituições até o simbolismo do governo que ordena a vida dessas pessoas (VIANNA e FARIAS, 2011).

Todas as favelas deste país são administradas por mulheres, daqui a pouco seremos um país de idosos e mulheres porque o Estado brasileiro está assassinando os homens e jovens homens desse território, de todos os territórios (de periferia). É o povo negro que carrega esse país nas costas, é a favelada negra que vai limpar os apartamentos de Copacabana e é a favelada negra que vai vender bala no trem para dar comida ao filho. [...] Esses assassinatos são na verdade um genocídio.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=rf3x9u6QQ5Y> último acesso em 02/02/2023.

Nestes espaços de conversa direta com o Estado, suas narrativas comunicam suas vivências e sofrimentos a partir dos marcadores de diferença raça e classe, comunicar constantemente esta sujeição aos ajustes estruturais é um meio de transcrever as experiências para não-negros (WILDERSON III, 2020) e conseqüentemente, não-pobres e não-periféricos. Dessa forma, há a necessidade de mostrar ao Estado a crueldade inerente às ações das instituições estatais como forma de validar e reconhecer suas denúncias e requerimentos.

As integrantes tentam de maneira contínua mas não tão explícita, lembrar os efeitos históricos do período de escravização do Brasil. Que reverberou sobre as condições estruturais racistas e discriminatórias pela qual se ocorre as atitudes violentas do Estado e suas instituições, este é o argumento fundamental de subversão e posicionamento político do movimento das Mães de Manguinhos. Conseqüentemente, é o que embasa a denúncia de que os assassinatos em decorrência das ações policiais são um genocídio, que embora legislativamente ilegais, são legitimados pela impunidade e continuidade das ações dos agentes estatais.

O cotidiano doméstico (as “casas que são administradas por mulheres”), a raça, a maternidade, se estabelecem como zonas de afetação. Da mesma maneira, os afetos que constroem para com seus filhos, suas histórias e outras mães que passaram pelo mesmo momento crítico (DAS, 2020) é o que oferece a elas a possibilidade de se colocar frente ao Estado para queixar-se das violações recorrentes. As redes de afeto produzem articulações possíveis frente às relações de poder (PADOVANI, 2015), que funcionam como um recurso de humanização de seus corpos e compaixão a suas causas.

Considerações finais

Judith Butler (2018), em seus trabalhos sobre a relação entre o luto e a precarização da vida, traz a análise dos estabelecimentos sociais como forma de regulação das relações afetivas e éticas, estando estas em um enquadramento específico, muitas vezes abarcado na violência categórica. O sentimento e a expressão do luto, processo indissociável à cultura, vividos socialmente e subjetivamente, algumas vezes é impedido por condições estruturais de uma determinada sociedade. Desta perspectiva, as vidas são medidas por seu valor utilitário, os corpos precisam ser considerados importantes para serem passíveis tanto de ter sua perda considerada, quanto dos sentimentos de luto advindos da perda.

Portanto, uma vida não apreendida enquanto tal não é passível do luto e todas as práticas e rituais que o englobam - o respeito ao silêncio, o tempo para a compreensão do acontecimento, a recolha íntima, o choro como expressão da dor. Nesses casos, o ato de exercer o luto é em si uma afronta política. No caso das Mães de vítimas da violência de Estado, exatamente por isso, seus lutos se transformam em luta e embora isso seja uma marca de potência para essas mulheres frente às suas colocações contra e para com o Estado, a impossibilidade de sentir e apreender seu luto gera marcas profundas em suas vidas, como danos psicológicos e a deterioração de relações familiares.

A reflexão da reivindicação pela não violência é um princípio discursivo e afetivo, sendo assim, o ser que detém desse princípio e o processa em sua própria ontologia social se portaria ao levar em sua existência física e atuação política o extremo contrário do regime em que se vive, estando ele em uma posição também fragilizada, sujeita às hierarquias legais e discriminações.

Através do uso estratégico das emoções, os movimentos de familiares discutem maneiras de provocar reações morais e ampliar a visibilidade e atenção às suas demandas. A acolhida e apoio mútuo entre os participantes do coletivo é o que o mantém ativo, já que a partilha de sentimentos e o estímulo da revolta são tidos como pontos cruciais da atividade política. O movimento Mães de Manguinhos é um sujeito coletivo em constante construção, que arquiteta seu fazer político através do afeto (e suas múltiplas facetas), articulando os afetos como meio de legitimidade de suas lutas frente à violência estatal, como modo de vida e de agência política. Os afetos são, portanto, sua máxima requisição frente a toda a sociedade que estão inseridas.

Dessa forma, a reivindicação de que outros sujeitos (agentes estatais ou não) se afetem pela luta das mães, representa uma das faces da idealização de uma consciência difundida sobre a realidade das bases estruturais de nossa sociedade que utilizam ideais discriminatórios como justificativa da violência sistêmica contra aqueles representados por elas: pessoas pobres, em maioria negras, habitantes de periferias.

O interesse comum dos grupos de familiares e mães demandam que seus casos sejam concebidos, simultaneamente, como um problema particular e também coletivo, a ser processado social e coletivamente. Assim, defendem que a deferência judicial por seus casos não deve se esgotar na investigação e culpabilização dos agentes estatais responsáveis pelo ato de violência direto; mas deve se estender à reformulação das instituições públicas, das práticas de agentes estatais e das próprias representações sociais sobre as favelas, os negros e os pobres.

Os afetos são, dessa maneira, um projeto ético-político que busca fazer reconhecer as vidas através de onde são alocadas socialmente, formulando condições para exercício pleno da cidadania que em tese é garantida constitucionalmente. A reivindicação não violenta se emprega nos mínimos detalhes das denúncias e exigências, colocando em cheque as motivações morais dos agentes que promovem a violência direta; assim, querer justiça é contrária a querer vingança, lutar pela vida é lutar contra um sistema que opera a violência utilizando de seus próprios cidadãos para exercê-las.

Referências Bibliográficas

AFONSO, C.; MOURA, T.; SOARES, B. M. Auto de resistência: relato de familiares de vítimas da violência armada. ed. 7 Letras. 2009.

AMARANTE, Natasha Duarte. Papel social dos algoritmos: uma análise dos estudos acadêmicos acerca dos algoritmos e sua função social. Repositório de teses UFRGS, 2021.

BAYM, Nancy. Personal connections in the digital age. Cambridge: Polity Press, 2010.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Cad. Pagu no.53 Campinas, 2018

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. (orgs.) Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004

BOLTANSKI, Luc. De la Critique: Précis de Sociologie de l'émancipation. Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro, 2010

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. Estudos Feministas, 1994.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra. 5 ed. Civilização Brasileira, 2018

COUTO, Maria Isabel MacDowell. (2016), UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. BOITEMPO, Brasil. 2016.

DAS, Veena. Vida e Palavras: A violência e sua descida ao ordinário. Editora UNIFESP, Brasil. 2020.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 8, GERI-UAM. 2008.

FARIAS, Juliana; LAGO, Natália Bouças do; EFREM FILHO, Roberto. Mães e lutas por justiça. Encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana. n. 36 - dic. / dez. / dec. 2020.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020), Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2020, São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2020.

FERNANDES, Tania Maria; GAMA-ROSA COSTA, Renato. As comunidades de Mangueiros na história das favelas no Rio de Janeiro. Revista Tempo, vol. 19 n. 34, p117-133. Jan. – Jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GIDDENS, A. A transformação da Intimidade. São Paulo: UNESP, 1993.

GRILLO, Carolina Christoph et al. Quando a polícia mata: homicídios por "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001-2011). DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Edição Especial no1. 2015.

HINE, Christine. Ethnography for the internet: Embedded, Embodied and Everyday. Londres: Bloomsbury Academic Publishing, 2015.

KITZINGER, SHEILA. Mães um estudo antropológico da maternidade. Portugal/Brasil, Presença/Martins Fontes, 1978.

LATOUR, Bruno. Faturas/Fracturas: da noção de rede à noção de vínculo. In: SEGATA, Jean.; RIFIOTIS, Theophilos. (Org.). Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília, ABA Publicações, 2016.

LEITE, Márcia Pereira. “Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, no 44, pp. 43-90. 2000.

MBEMBE, Achille Mbembe. Necropolítica. in Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufjf n. 32, dezembro de 2016.

MILLER, Daniel.; et al. Como o mundo mudou as mídias sociais. Londres: UCL Press, 2019.

MISKOLCI, Richard.; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 12, jan./abr. 2018.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Civitas v. 8 n. 3 p.371-385, 2008

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova* [online] n.79, pp.15-38. 2010.

MISSE, M. GRILLO, C.; NERI, N.; TEIXEIRA, C.P. Relatório final de pesquisa: “autos de resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011) - Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ. 2011

MUSUMECI, L; MOURÃO, B.M.; LEMBRUGER, J.; RAMOS, S. “Ser policial de UPP: aproximações e resistências”. Boletim segurança e cidadania, 14, 1-28. 2013.

PADOVANI, Natalia Corazza. Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UNICAMP. 2015.

RODRIGUES, Robson. Os Dilemas da Pacificação: Notícias de Guerra e Paz em uma “Cidade Maravilhosa”. 2014.

SILVA, Catia Cristina Rodrigues da. As (in)sustentabilidades presentes na produção social do espaço em Manguinhos - RJ. PUC-RIO. 2013.

SOUZA, Bruna Mantese de. Mulheres de Fibra: Narrativas e o ato de narrar entre usuárias e trabalhadoras de um serviço de atenção a vítimas de violência na periferia de São Paulo. Universidade Estadual de Campinas. 2015.

SOUZA RIBEIRO, Dillyane. Rebelião das mães. Ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana. n. 36 - dic. / dez. / dec. 2020.

VIANNA, Adriana.; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu (37), pp. 79-116, julho-dezembro de 2011.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. Cadernos Pagu, Dossiê Gên(51). 2017.

Relatório “Operações Policiais na Baixada Fluminense: elementos iniciais para um diagnóstico período 2007 a 2018” GENI/UFF, 2021.

Relatório Manguinhos e seus caminhos, 2015.

AUTO de resistência. Documentário 104min. Direção de Natasha Neri e Lula Carvalho. Brasil, 2018.

CONHECENDO Manguinhos. Documentário 38min. FIOCRUZ , 2013.